ReGeo ISSN: 2177-3246

TERRITÓRIO USADO E DESTERRITORIALIZAÇÃO RELACIONAL NAS PRÁTICAS DE ASSÉDIO MORAL

USED TERRITORY AND RELATIONAL DETERRITORIALIZATION IN WORKPLACE BULLYING PRACTICES

TERRITORIO USADO Y DESTERRITORIALIZACIÓN RELACIONAL EN LAS PRÁCTICAS DE ACOSO LABORAL

https://doi.org/10.56238/revgeov17n7-087

Data de submissão: 02/06/2026 **Data de publicação:** 17/07/2026

Claudia Cleomar Araujo Ximenes Cerqueira
Mestra em Geografia
Instituição: Universidade Federal de Rondônia – UNIR
E-mail: profa.ximenescerqueira@hotmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-4125-7991
Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/8014015246571237

Nubia Caramello
Doutora em Geografia
Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá - IFAP
E-mail: eocaramellofrj@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-2167-9759
Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/8155132371455051

Izidoria Silva dos Santos Amorim
Doutora em Ciências da Educação
Instituição: Universidade Del Sol – UNADES
E-mail: izidoria.ita@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0001-6808-0359
Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/1821923512714239

Neuza Pereira de Oliveira
Mestra em Estudos Literários
Instituição: Universidade Federal de Rondônia - UNIR
E-mail: neuzaaa360@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-9279-8632
Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/5159740705938672

RESUMO

O ambiente de trabalho reúne cooperação, conflitos e disputas de poder que influenciam a organização do espaço laboral. Diante disso, este estudo objetivou interpretar o assédio moral como uma prática de desterritorialização no ambiente de trabalho, fundamentado no referencial metodológico da Geografia Crítica e na categoria de território usado proposto por Milton Santos. O escopo metodológico é de pesquisa teórico-analítica de natureza bibliográfica orientada pela concepção método miltoniana, em que as formas de violência identificadas na literatura especializada foram categorizadas por meio da análise de conteúdo e reinterpretadas à luz dos conceitos geográficos de território, territorialidade e poder. Os resultados demonstram que condutas hostis como o isolamento físico, o esvaziamento de

funções e a restrição intencional da comunicação materializam relações diferentes de poder e impõem uma interdição subjetiva e funcional ao trabalhador. Conclui-se que esse processo configura uma desterritorialização simbólica e relacional, na qual a permanência geométrica do indivíduo no espaço físico coexiste com a perda do sentimento de pertencimento, do reconhecimento coletivo e das condições sociais necessárias para a manutenção de uma territorialidade saudável.

Palavras-chave: Territorialidade. Ambiente Laboral. Violência Organizacional. Relações de Poder.

ABSTRACT
The workplace environment encompasses cooperation, conflicts, and power struggles that shape the organization of the work space. Against this backdrop, this study aimed to interpret workplace harassment as a practice of deterritorialization, grounded in the methodological framework of Critical Geography and the concept of "used territory" proposed by Milton Santos. The study employs a theoretical-analytical approach based on a literature review and guided by Miltonian methodology; forms of violence identified in the specialized literature were categorized via content analysis and reinterpreted through the geographical concepts of territory, territoriality, and power. The results demonstrate that hostile behaviors—such as physical isolation, the stripping away of job duties, and the intentional restriction of communication—manifest distinct power relations and impose both subjective and functional constraints on the worker. The study concludes that this process constitutes a form of symbolic and relational deterritorialization, wherein the individual's physical presence in the workspace coexists with a loss of the sense of belonging, collective recognition, and the social conditions required to maintain a healthy territoriality.

Keywords: Territoriality. Work Environment. Organizational Violence. Power Relations.

RESUMEN
El entorno laboral reúne cooperación, conflicto y luchas de poder que influyen en la organización del espacio de trabajo. Por lo tanto, este estudio tuvo como objetivo interpretar el acoso laboral como una práctica de desterritorialización en el lugar de trabajo, basándose en el marco metodológico de la Geografía Crítica y la categoría de territorio utilizado propuesta por Milton Santos. El alcance metodológico es una investigación bibliográfica teórico-analítica guiada por el método miltoniano, en la que las formas de violencia identificadas en la literatura especializada se categorizaron mediante análisis de contenido y se reinterpretaron a la luz de los conceptos geográficos de territorio, territorialidad y poder. Los resultados demuestran que las conductas hostiles, como el aislamiento físico, el vaciamiento de funciones y la restricción intencional de la comunicación, materializan diferentes relaciones de poder e imponen una interdicción subjetiva y funcional al trabajador. Se concluye que este proceso constituye una desterritorialización simbólica y relacional, en la que la permanencia geométrica del individuo en el espacio físico coexiste con la pérdida del sentimiento de pertenencia, el reconocimiento colectivo y las condiciones sociales necesarias para el mantenimiento de una territorialidad saludable.

Palabras clave: Territorialidad. Entorno Laboral. Violencia Organizacional. Relaciones de Poder.

1 INTRODUÇÃO

As relações de trabalho expressam formas de organização do espaço produzidas pelas interações entre diferentes agentes sociais. Nesse contexto, o ambiente de trabalho reúne cooperação, conflitos e disputas de poder que influenciam a maneira como o espaço é utilizado e apropriado. Entre as práticas que emergem dessas relações, o assédio moral destaca-se por comprometer a convivência coletiva, afetar a saúde física e psíquica dos trabalhadores e provocar mudanças na dinâmica organizacional. A análise desse fenômeno demanda uma abordagem que incorpore sua dimensão espacial.

A interpretação desenvolvida neste estudo fundamenta-se no referencial metodológico da Geografia Crítica, especialmente na categoria território usado, proposta pelo geógrafo Milton Santos. A expressão *dialética miltoniana* é aqui utilizada para designar a perspectiva analítica derivada da concepção dialética do território usado e da relação entre objetos e ações proposta por esse autor. Nessa perspectiva, o espaço geográfico é compreendido como resultado das relações sociais estabelecidas historicamente entre diferentes agentes. Esse referencial permite interpretar práticas de controle, isolamento, desqualificação e constrangimento como processos que reorganizam o uso do espaço de trabalho, modificam as relações de poder e produzem mudanças nas territorialidades construídas no ambiente laboral.

O estudo em tela sustenta que o assédio moral opera como um mecanismo de desterritorialização simbólica e relacional. A restrição da comunicação, o enfraquecimento da autonomia profissional e a ruptura dos vínculos coletivos reduzem as possibilidades de participação da vítima no espaço de trabalho. Esse processo compromete o sentimento de pertencimento, altera a experiência espacial do trabalhador e fragiliza a territorialidade construída nas relações laborais.

Este estudo propõe um olhar diferenciado ao eleger como objetivo geral a interpretação do assédio moral como uma prática de desterritorialização no ambiente de trabalho à luz da categoria geográfica território usado. Para alcançar esse objetivo, a pesquisa identifica os mecanismos espaciais de controle e isolamento associados ao assédio moral, analisa a reconfiguração das relações de poder decorrente dessas práticas e discute seus efeitos sobre a territorialidade do trabalhador e sobre o clima organizacional.

2 DINÂMICAS DE PODER NO TERRITÓRIO DE TRABALHO

O poder transcende o atributo concentrado em determinados sujeitos ou instituições, como leciona Foucault (2018). Trata-se de uma relação que circula entre diferentes agentes sociais, produzindo formas de organização, controle e ordenamento das práticas sociais. Nessas relações,

determinados agentes exercem maior capacidade de comando e influência. Para os fins deste estudo, o poder é analisado, principalmente, nas relações interpessoais estabelecidas no ambiente de trabalho, nas quais o assédio moral se manifesta como expressão de relações assimétricas de poder. Sob essa perspectiva, a construção do espaço geográfico permite compreender as tensões que permeiam o ambiente laboral e suas implicações para as relações de trabalho.

O ambiente de trabalho constitui um espaço geográfico no qual o território é continuamente produzido e apropriado pelas relações de poder (Raffestin, 1993). Quando o assédio moral se instala, as relações territoriais passam a ser tensionadas por práticas de dominação, controle e exclusão produzidas pelo assédio moral. Nesse processo, as relações sociais e a convivência cotidiana são tensionadas, enquanto um indivíduo procura desestruturar o espaço de pertencimento construído pelo outro. Embora seus efeitos sejam vivenciados de forma subjetiva, a recorrência das práticas de assédio compromete o sentimento de pertencimento e fragiliza a territorialidade anteriormente constituída pela pessoa assediada.

A territorialidade expressa o sentimento de pertencimento dos sujeitos aos espaços que ocupam e às relações que neles estabelecem, assim como envolve dimensões materiais e simbólicas da relação dos sujeitos com o espaço (Haesbaert, 2004). Nessa perspectiva, a contribuição da Geografia fundamenta-se na compreensão de que o espaço geográfico é uma construção social, produzida pelas relações estabelecidas entre indivíduos, instituições e formas de organização da sociedade.

Em Por uma Geografia Nova, Milton Santos (1978) afirma que o espaço geográfico, embora submetido às leis gerais que regem a totalidade social, constitui uma estrutura dotada de autonomia relativa, capaz de influenciar e sofrer influência das demais esferas sociais.

Ainda, sob a perspectiva de Santos (1978, p. 171), o espaço, "[...] por suas características e por seu funcionamento, pelo que ele oferece a alguns e recusa a outros, pela seleção de localização feita entre as atividades e entre os homens, é o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais". Assim, o ambiente de trabalho é compreendido como um território produzido pelas relações sociais, no qual as práticas de assédio moral expressam disputas de poder que reconfiguram os usos do espaço e as formas de pertencimento.

Essa reconfiguração assenta-se na dialética do espaço, que Milton Santos (2006) define como uma totalidade indissociável e contraditória, formada solidariamente por um "sistema de objetos" (a infraestrutura e a materialidade da organização) e um "sistema de ações" (as dinâmicas relacionais, intencionalidades e jogos de poder). A dimensão dialética revela que o espaço laboral não é um receptáculo passivo, mas um agente que condiciona e é condicionado pelas práticas sociais. É nessa totalidade que se materializa o território usado (Santos, 2006), ou seja, o espaço geográfico em sua

dimensão existencial, operacional e cotidiana. O território usado não é neutro; ele constitui o "chão" onde os sujeitos coexistem e disputam recursos, posições e visibilidade, sendo continuamente tensionado por normas institucionais e por assimetrias de poder.

A produção territorial decorre das relações estabelecidas pelos grupos sociais em determinado espaço, envolvendo disputas, apropriações e diferentes formas de territorialidade. O poder é indissociável das relações sociais, que dinamizam o espaço. Bem como é necessário compreender que "[...] É uma abordagem também multidimensional das relações de poder que se traduz numa compreensão múltipla do território e da territorialidade" (Saquet, 2015, p. 33).

Ao longo de sua produção intelectual, Milton Santos (1999, 2000, 2007) afasta-se da concepção do território como mera base física e consolida o conceito de território usado, compreendido como o espaço produzido e apropriado pelas relações sociais, pelo trabalho e pela vivência cotidiana. Nessa perspectiva, o espaço geográfico resulta da interação entre objetos, ações e relações de poder, adquirindo significado por meio dos vínculos de pertencimento e da identidade dos sujeitos que o utilizam. Assim, compreender o território implica analisar as práticas sociais e as dinâmicas que se materializam no cotidiano da vida e do trabalho.

Trazer essa estrutura conceitual para a análise do ambiente de trabalho permite espacializar as disputas de poder. Nesse contexto, a instituição empregadora deixa de ser um mero suporte físico e revela-se como um território usado por agentes em constante tensão. Quando as táticas de assédio atingem o trabalhador, o seu sentimento de pertencer àquele grupo sofre grave ruptura. Compreende-se, portanto, que a integridade psicossocial do trabalhador e a sua territorialidade dependem intrinsecamente dessa conexão identitária e pacífica com o espaço laboral. Oportuno destacar que esse compreender exige analisar o ato individual, assim como as condições espaciais, temporais e relacionais que permitem sua reprodução.

A apropriação do espaço relaciona-se ao conceito de território usado desenvolvido por Milton Santos (2006), compreendido como resultado das relações sociais, das práticas cotidianas e dos vínculos construídos pelos sujeitos com o espaço vivido. As práticas de assédio produzem processos de reconfiguração territorial de tal forma que a vítima não consegue se sentir parte do grupo/equipe. Para que a territorialidade seja efetivada não basta o indivíduo trabalhar no mesmo lugar que os demais, é necessário que faça parte do grupo de Poder, sinta-se integrado, incorporado ao espaço e às ações.

Essas práticas podem atingir grupos específicos de trabalhadores, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade decorrente de afastamentos, adoecimentos ou limitações funcionais, produzindo processos de exclusão e fragilização dos vínculos profissionais. Discutir a manifestação do assédio moral no ambiente de trabalho implica ultrapassar uma análise restrita às condutas

individuais, considerando as condições espaciais, relacionais e institucionais que possibilitam sua reprodução.

Sob essa ótica relacional, quando as malhas de poder operam de forma violenta, as territorialidades construídas no cotidiano sofrem profundas rupturas. Para compreender esse fenômeno, a contribuição de Rogério Haesbaert (2004, 2014) torna-se decisiva ao conceituar a desterritorialização. O autor argumenta que, contemporaneamente, o processo raramente se reduz à perda ou expulsão física de um espaço, manifestando-se, fundamentalmente, como uma precarização material e política das relações de apropriação e domínio. Trata-se de uma desterritorialização simbólica e relacional.

No contexto do assédio moral, o trabalhador permanece geometricamente no mesmo local físico (sua mesa, sua sala), mas experimenta uma interdição subjetiva e funcional do uso daquele espaço, sendo destituído de suas redes de comunicação, reconhecimento e autonomia profissional. Essa interdição dialoga perfeitamente com a fenomenologia social, que compreende a violência laboral como um processo de erosão sistemática do reconhecimento do sujeito, no qual as dinâmicas cotidianas são reconfiguradas para silenciar a vítima e invalidar sua presença no território (Martínez-Hernáez, 2026).

Ao considerar o território sob a ótica de Milton Santos (2006, p. 15), destaca-se ser "[...] o uso do território, não o território em si mesmo, que faz dele objeto de análise social". As atitudes hostis cometidas pelos assediadores são objetos de análise, assim como as reações por elas causadas.

O ambiente laboral passa a ser percebido pela vítima como espaço de ameaça e coerção, pelo poder de repressão que uma ou mais pessoas tem sobre ela. Não é um caso de influência que seria à persuasão comentada por Raffestin (1993) e sim de imposição, de força sobre coerção.

Nesse contexto, conforme ensina Raffestin (1993, p. 55), compreende-se que o poder "[...] está fundado sobre o controle dos recursos materiais, sobre a destinação de salários ou de gratificações, enquanto o poder normativo se funda sobre a manipulação de recursos simbólicos". Portanto, a imposição simultânea da coerção material e da violência simbólica atua como instrumento direto para desestruturar a territorialidade do trabalhador e consolidar sua exclusão do espaço coletivo.

Em instituições escolares, por exemplo, diferentes grupos profissionais podem produzir territorialidades específicas a partir das funções exercidas, das práticas compartilhadas e dos vínculos construídos no cotidiano institucional (Amorim, C., 2022). Essas diferenciações não representam necessariamente conflitos, considerando que um mesmo espaço pode abrigar múltiplas formas de apropriação territorial (Ximenes; Caramello, 2019).

A compreensão dialética desse fenômeno ganha contornos bem definidos nesses ambientes, onde a própria estruturação física e organizacional da escola serve frequentemente como instrumento ativo para disputas assimétricas de poder e para o exercício do controle territorial sobre os sujeitos (Siu, 2025). O que chama atenção no Assédio Moral é que o fenômeno ocorre entre os iguais, ou seja, no mesmo grupo de indivíduos. No mesmo território e no mesmo ambiente territorializado. As ações são insistentes e reiteradas, por período prolongado, com ataques repetidos e submetem a vítima a situações de humilhação, de rejeição, vexatórias, discriminatórias e constrangedoras. O objetivo é, mormente, de desestabilizá-la emocional e psiquicamente, pode ter consequências leves e médias, no entanto, quase sempre com severos reflexos na saúde física e mental.

A materialidade dessa desterritorialização manifesta-se na condição física do trabalhador no ambiente laboral, mediante sua alocação em espaços isolados. Isso dificulta a convivência cotidiana e a integração com os demais colegas. Também se observam mecanismos de silenciamento, nos quais o trabalhador encontra restrições para expressar suas opiniões ou participar das decisões relacionadas às atividades desenvolvidas (Ximenes; Caramello, 2019). Esse isolamento físico e funcional afeta profundamente a saúde dos trabalhadores, deteriorando a confiança e os vínculos de proximidade, elementos existenciais para a manutenção de uma territorialidade saudável e integrada ao coletivo miltoniano (Bunce *et al.,* 2024).

As estratégias de desvalorização profissional podem ocorrer pela retirada injustificada de funções, cargos ou gratificações anteriormente conquistados. Também incluem a imposição de regras individualizadas e a atribuição de tarefas diferentes daquelas destinadas aos demais trabalhadores. Em muitos casos, como aponta Amorim (2020), essas atividades apresentam elevado grau de complexidade, excesso de demandas ou nenhuma utilidade prática. Outra prática recorrente consiste na delegação de tarefas de difícil execução ou pouco valorizadas pela equipe (Amorim, I., 2022). Além disso, são estabelecidos prazos excessivamente reduzidos para sua conclusão. Em conjunto, essas condutas caracterizam formas de assédio moral que comprometem as condições de trabalho e atentam contra a dignidade do trabalhador nas relações laborais (Alkimin, 2008).

O assédio moral expressa-se, também, pela distribuição desigual das atividades laborais, reorganizando o sistema de ações miltoniano. Em algumas situações, o trabalhador permanece sem atribuições, experimentando um processo de esvaziamento funcional que favorece sentimentos de inutilidade e exposição perante os colegas. Em outras, verifica-se a imposição de sobrecarga de trabalho, associada à retenção de informações essenciais para a execução das tarefas, comprometendo o desempenho profissional (Parreira, 2007).

As relações interpessoais tornam-se igualmente marcadas por práticas de fragilização, ridicularização, inferiorização e humilhação pública, frequentemente acompanhadas de comentários depreciativos que extrapolam o espaço profissional. Soma-se a isso a manipulação do fluxo de informações, mediante o repasse tardio de orientações relevantes, além da alteração de horários ou turnos de trabalho sem comunicação prévia (Freitas; Heloani; Barreto, 2008).

Entre as formas de controle, destacam-se a vigilância direcionada a determinado trabalhador, o monitoramento do tempo de permanência em ambientes como banheiros e a regulamentação excessiva de momentos destinados ao descanso e às refeições. Também integram esse conjunto de práticas os comentários depreciativos relacionados às ausências motivadas por consultas médicas, as advertências decorrentes da apresentação de atestados ou da reivindicação de direitos trabalhistas e a disseminação de boatos que atingem a reputação e a dignidade do trabalhador, frequentemente associados a estereótipos de gênero (Alkimin, 2008; Parreira, 2007).

A deterioração proposital das condições laborais manifesta-se na precarização intencional da estrutura física e operacional destinada à vítima, contrastando com o ambiente preservado para os demais trabalhadores. O isolamento impõe o direcionamento da pessoa assediada a locais de pouca interação, somado à recusa deliberada de comunicação. Ocorre, de igual maneira, o atentado contra a dignidade por meio de falsos testemunhos ou da exposição indevida de fatos íntimos. Em estágios extremos, essa dinâmica espacial e relacional desdobra-se em violências verbais, físicas e sexuais.

A utilização de mecanismos de controle interpessoal faz com que um trabalhador passe a monitorar outro fora da estrutura hierárquica formal da organização. Essa prática amplia a desconfiança entre os profissionais. Também enfraquece os vínculos de cooperação. Como consequência, dificulta a construção de relações solidárias no ambiente de trabalho. Além disso, intensifica a fragmentação do espaço organizacional. Esse processo contribui para a reprodução das assimetrias de poder e compromete a consolidação de uma gestão baseada na confiança, na colaboração e no diálogo.

3 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa teórico-analítica, de natureza bibliográfica. A investigação fundamenta-se em obras da literatura especializada sobre assédio moral no trabalho e em referenciais da Geografia Crítica, especialmente aqueles relacionados às categorias de território, territorialidade, poder e território usado.

O procedimento analítico foi orientado pelo método dialético, adotando como referência a concepção de espaço geográfico formulada por Milton Santos (2006; 2013) e por Santos e Silveira

(2001). Essa perspectiva permitiu compreender o ambiente de trabalho como uma construção socioespacial produzida pelas relações entre diferentes agentes e pelas formas de uso do território. Em razão da centralidade desse referencial na presente investigação, torna-se necessário explicitar o sentido atribuído à expressão miltoniana, empregada ao longo deste estudo.

Neste estudo, emprega-se a expressão miltoniana para designar a perspectiva teórico-metodológica fundamentada nas obras do geógrafo Milton Santos, que constituem o eixo teórico-metodológico desta investigação. O termo expressa a adoção de sua concepção de espaço geográfico como uma totalidade dinâmica, produzida pelas relações entre objetos, ações e diferentes agentes sociais. Nessa perspectiva, as categorias de território usado, território, territorialidade e poder orientam a interpretação do assédio moral, permitindo compreendê-lo como um fenômeno socioespacial que se manifesta e se reproduz nas relações de poder estabelecidas no ambiente de trabalho.

A análise desenvolveu-se em duas etapas complementares. Na primeira, foram identificadas, na literatura sobre assédio moral, categorias recorrentes relacionadas às formas de violência praticadas no ambiente de trabalho. Para essa organização temática, utilizaram-se os pressupostos da análise de conteúdo propostos por Bardin (2016). Na segunda etapa, essas categorias foram reinterpretadas à luz dos conceitos geográficos de território, territorialidade, poder e território usado, buscando identificar suas implicações para a organização do espaço laboral.

Entre as categorias analisadas destacam-se o isolamento profissional, a restrição da comunicação, o esvaziamento de funções, a retirada de atribuições e a exclusão de espaços decisórios. A interpretação dessas práticas concentrou-se na forma como elas reconfiguram as relações de poder e restringem o uso do espaço de trabalho, permitindo compreendê-las como processos de desterritorialização.

Por se tratar de um estudo exclusivamente bibliográfico, os resultados restringem-se à interpretação crítica dos referenciais teóricos analisados, sem a pretensão de generalização para contextos organizacionais específicos. Essa delimitação metodológica decorre da natureza teórico-analítica da investigação. Ao adotar a perspectiva miltoniana como eixo teórico-metodológico, o estudo propõe uma interpretação do assédio moral a partir da categoria de território usado. Por meio dela, evidencia-se como as relações de poder produzem formas de controle, apropriação e restrição do uso do ambiente de trabalho. Essa abordagem oferece fundamentos teóricos para futuras pesquisas empíricas sobre a temática.

4 DISCUSSÃO TEÓRICO ANALÍTICA

As diferentes manifestações do assédio moral evidenciam mecanismos de isolamento profissional, restrição da comunicação e retirada de atribuições, que reorganizam as relações de poder no ambiente de trabalho. Essas práticas são descritas por Freitas, Heloani e Barreto (2008) como formas recorrentes de violência organizacional e encontram correspondência nas estratégias de comunicação seletiva identificadas por Parreira (2007). A compreensão dessas práticas demanda um referencial que ultrapasse sua dimensão comportamental e permita analisá-las como expressões das relações de poder que organizam o uso do ambiente de trabalho.

Embora partam de referenciais distintos, Raffestin (1993) e Santos (2006) convergem ao compreender o território como produto das relações sociais e das dinâmicas de poder, permitindo interpretar o ambiente escolar como espaço continuamente produzido pelas práticas dos sujeitos. Com base nesses autores, compreende-se que o território usado não se reduz à localização física, constituindo uma instância social onde normas, técnicas, práticas pedagógicas e relações interpessoais articulam diferentes formas de apropriação e controle. Isso ocorre porque o território usado representa a materialização do espaço geográfico produzido pelas relações sociais, ao passo que a territorialidade expressa as formas pelas quais os sujeitos se apropriam, vivenciam e atribuem sentidos a esse território (Santos, 2006).

A partir da perspectiva dialética miltoniana, o território usado constitui uma totalidade dinâmica produzida pelas relações entre objetos, ações e diferentes agentes sociais. Nesse movimento, o ambiente escolar expressa simultaneamente possibilidades de cooperação, pertencimento e realização do trabalho docente, mas também contradições decorrentes das disputas de poder que reorganizam continuamente as formas de uso do território. Neste contexto, a retirada de atribuições, a exclusão dos processos decisórios e a limitação da atuação profissional fragilizam os vínculos de pertencimento e reduzem a capacidade de o trabalhador exercer sua territorialidade no ambiente escolar (Santos, 2006).

Como consequência, produz-se um processo de desterritorialização simbólica e relacional, no qual o docente permanece fisicamente na instituição, mas é progressivamente afastado de suas funções, de suas relações profissionais e dos espaços de reconhecimento e participação. Esse processo rompe as territorialidades construídas no cotidiano escolar, produzindo isolamento, invisibilidade e exclusão no ambiente de trabalho (Raffestin, 1993; Santos, 2006).

Nesse contexto, a organização das atividades e o controle sobre os recursos, informações e posições ocupadas pelos sujeitos revelam disputas de poder materializadas em práticas espaciais de controle, exclusão e hierarquização. Conforme Raffestin (1993), o território é resultado das relações de poder estabelecidas entre os sujeitos, de modo que as práticas de exclusão, controle e limitação da

autonomia profissional podem produzir processos de fragilização das territorialidades construídas no cotidiano laboral.

Sob a perspectiva do território usado, o assédio moral é um fenômeno que ultrapassa a dimensão interpessoal e passa a integrar as múltiplas relações de poder que produzem e reorganizam o espaço de trabalho. O processo de violência deixa de atingir apenas o trabalhador, como mostrado pelas geógrafas Ximenes e Caramello (2019), ele passa a alterar a própria dinâmica das relações que sustentam o cotidiano institucional. Nesse processo, os agentes envolvidos utilizam o território de trabalho como meio para produzir intimidação, isolamento e desestabilização emocional, redefinindo as relações estabelecidas no ambiente laboral e reforçando mecanismos de controle e dominação.

Independentemente das motivações que originam o assédio moral, seus efeitos extrapolam a esfera individual, repercutem sobre as relações interpessoais e comprometem o clima organizacional. À medida que essas práticas se tornam recorrentes, o trabalhador perde progressivamente o sentimento de pertencimento, reduz sua participação nas relações coletivas e encontra limites para exercer sua territorialidade no ambiente laboral.

À luz das contribuições de Raffestin (1993) e Santos (2006), argumenta-se que o assédio moral materializa, no território, relações assimétricas de poder, nas quais o controle das informações, das decisões e das formas de participação reorganiza o território usado e interfere na construção das territorialidades. Nessa perspectiva, o território transcende a materialidade do espaço físico ocupado, configurando-se como espaço vivido, apropriado e permeado pelas relações de poder.

No ambiente de trabalho, a territorialidade não se efetiva simplesmente pela permanência física do trabalhador na instituição. Ela depende da participação nas decisões, do reconhecimento profissional, da cooperação entre os sujeitos e do sentimento de pertencimento ao grupo. Quando determinadas práticas ou agentes controlam informações, restringem a autonomia, excluem o trabalhador das atividades coletivas ou reduzem sua participação nas decisões, intensificam a assimetria das relações de poder que compromete a territorialidade da vítima, dificultando sua integração ao espaço de trabalho.

Esse processo manifesta-se com maior intensidade entre grupos que a literatura identifica como mais vulneráveis às relações assimétricas de poder, como trabalhadores em retorno de afastamentos por adoecimento, pessoas com limitações funcionais e mulheres em determinados contextos organizacionais, como Ximenes e Caramello (2019) apontam. Nessas situações, a discriminação, a segregação e o isolamento dificultam a construção das relações sociais que sustentam a territorialidade. Nessas circunstâncias, as práticas de exclusão restringem as possibilidades de apropriação do território de trabalho e fragilizam os vínculos que sustentam a territorialidade.

A territorialidade constitui a expressão das relações existenciais e de produção estabelecidas entre os sujeitos, materializando vínculos de pertencimento, apropriação e exercício do poder no território (Raffestin, 1993). Sob essa perspectiva, o assédio moral compromete a dinâmica dessas relações, desestrutura a territorialidade e produz efeitos que extrapolam a esfera individual, atingindo o pertencimento, a identidade profissional e a permanência simbólica do trabalhador no território de trabalho.

O assédio moral constitui um mecanismo de produção e reorganização do território usado, por meio do qual relações de poder fragilizam territorialidades, rompem vínculos de pertencimento que repercutem no clima organizacional. Nessa perspectiva, compreender o assédio moral exige analisá-lo como uma forma de violência interpessoal, bem como uma prática espacial que reorganiza o território de trabalho e redefine as formas de pertencimento, participação e convivência institucional.

5 CONCLUSÃO

A conclusão deste estudo retoma o objetivo de interpretar o assédio moral no ambiente de trabalho sob a ótica da categoria de território usado. A tese desenvolvida ao longo da discussão teórico-analítica demonstrou que a violência organizacional transcende o conflito interpessoal intermitente, configurando-se estruturalmente como uma prática contínua de controle espacial. O espaço de trabalho atua como uma totalidade histórica e social onde as relações assimétricas de poder reorganizam constantemente as dinâmicas de convivência, subordinação e apropriação.

As condutas hostis afetam de forma direta o sistema de ações e o de objetos do ambiente de trabalho. O isolamento físico, o esvaziamento de funções e a restrição intencional da comunicação materializam o exercício do poder no espaço. Essas práticas impõem à pessoa assediada uma interdição subjetiva e funcional. Dessa forma rompe-se os vínculos de proximidade e a confiança necessários para a manutenção de uma territorialidade integrada.

A vítima sofre um processo violento de desterritorialização simbólica e relacional, pois o trabalhador assediado permanece fisicamente no mesmo local. Contudo, perde o sentimento de pertencimento e o reconhecimento perante o grupo. Sob a perspectiva da dialética miltoniana, essa contradição demonstra que a permanência no espaço físico pode coexistir com a perda das condições sociais que possibilitam a apropriação do território, caracterizando um processo de desterritorialização produzido pelas relações de poder.

A contribuição desta pesquisa reside na ampliação do olhar sobre a saúde do trabalhador e o clima organizacional por meio das categorias da Geografia Crítica. Ao interpretar o assédio moral como um processo de desterritorialização produzido pelas relações de poder no território usado, o

estudo amplia o campo de aplicação da Geografia Crítica para a análise das relações interpessoais no ambiente de trabalho. Além disso, o estudo propõe a utilização da dialética miltoniana como perspectiva analítica para compreender como a interação entre objetos, ações e relações de poder reorganiza o território de trabalho e produz formas de exclusão, isolamento e fragilização da territorialidade dos trabalhadores.

Sob a perspectiva miltoniana, a compreensão do assédio moral amplia-se para além das relações interpessoais e dos modelos tradicionais de gestão organizacional. A violência organizacional é interpretada como um processo que reorganiza o território usado por meio de relações de poder que limitam sua apropriação, restringem a autonomia dos sujeitos e comprometem as condições de permanência e participação no ambiente de trabalho.

Essa interpretação amplia as possibilidades de compreensão e intervenção sobre o fenômeno. As implicações teóricas e práticas deste estudo reforçam a necessidade de construir ambientes de trabalho pautados no respeito à territorialidade dos sujeitos, promovendo condições que fortaleçam o pertencimento, a participação, a autonomia profissional e relações de trabalho compatíveis com a dignidade humana.

REFERÊNCIAS

ALKIMIN, Maria Aparecida. **Assédio moral na relação de trabalho**. 2. ed. Curitiba, Juruá, 2008. 136p.

AMORIM, Cristiane Carla Mendonça Feitosa de. **A relação da supervisão e coordenação escolar com os professores**: uma contribuição à História da Educação em Itacoatiara – AM. 1. ed. Londrina: Sorian, 2022. 88p. DOI: https://doi.org/10.54466/sorianed.978-65-84675-68-1

AMORIM, Izidoria Silva dos Santos. **A relação interpessoal no ambiente de trabalho escolar:** estudo de caso em Itacoatiara – AM. 1. ed – Londrina, PR: Editora Sorian, 2022. 108p. (Coleção "As relações interpessoais afetivas na escola", volume 2). DOI: https://doi.org/10.54466/sorianed.978-65-84675-56-8

AMORIM, Izidoria Silva dos Santos. **O vínculo afetivo nas relações interpessoais na escola**: estudo de caso em Itacoatiara – AM. 1. ed – Londrina, PR: Editora Sorian, 2020. 90p. (Coleção "As relações interpessoais afetivas na escola", volume 1). DOI: https://doi.org/10.54466/sorianed.978-65-84675-50-6

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016. 280 p.

BUNCE, Annie; HASHEMI, Ladan; CLARK, Charlotte; STANSFELD, Stephen; MYERS, Carrie-Anne; MCMANUS, Sally. Prevalence and nature of workplace bullying and harassment and associations with mental health conditions in England: a cross-sectional probability sample survey. **BMC Public Health**, Londres, v. 24, n. 1147, p. 1-13, abr. 2024. DOI: https://doi.org/10.1186/s12889-024-18614-7

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. 7. ed. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018. 431 p.

FREITAS, Maria Ester de. HELOANI, Roberto; BARRETO, Margarida. **Assédio moral no trabalho**. São Paulo: Cengage Learning, 2008. 124p. (Coleção Debates em Administração)

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 395 p.

HAESBAERT, Rogério. Viver no limite: território e desterritorialização em tempos de contenção e globalização. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. 320 p.

MARTÍNEZ-HERNÁEZ, Ángel. Workplace bullying as the erosion of recognition: ethnographic insights from a Schutzian perspective. **Frontiers in Sociology**, Lausanne, v. 11, n. 1735370, p. 1-12, jan. 2026. DOI: https://doi.org/10.3389/fsoc.2026.1735370

PARREIRA, Ana. **Assédio Moral**: um manual de sobrevivência. Campinas: Russell Editores, 2007. 208p.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. 1. ed. São Paulo: Editora Ática, 1993. 270 p.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: EDUSP. 2006. 384p.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: Edusp, 2007. 176p.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 1978. 288 p.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. São Paulo, Record, 2000. 174p.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 2013. 176 p.

SANTOS, Milton. O Dinheiro e o Território. **GEOgraphia**, Niterói, ano 1, n. 1, 1999. Disponível em: https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13360/8560. Acesso em: 21 jun. 2026.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001. 476 p.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. 4. Ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015. 192p.

SIU, Jacky Cheuk Lap. No Safe Space at School: Exploring Power Dynamics, Bullying Locations, and Maladaptive Behaviors Among US Adolescents. **Journal of Youth and Adolescence**, Nova York, v. 54, n. 9, p. 2288-2300, set. 2025. DOI: https://doi.org/10.1007/s10964-025-02190-z.

XIMENES, Claudia Cleomar; CARAMELLO, Nubia. Espaço e relações de poder: território, territorialidade e a manifestação do assédio moral no ambiente de trabalho. *In*: XIMENES, Claudia Cleomar; SOARES, Danúbia Zanotelli; LOPES, Elias de Araújo; TOLEDO, Franciéli da Silva. (org.). **Espaço e Relações de Poder**: manifestação do assédio moral, saúde e desafios do docente no ambiente do trabalho. 1. ed. Curitiba: CRV, 2019. 148 p. p. 13-36. DOI: https://doi.org/10.24824/978854443383.6